

CULTURA POLÍTICA E HEGEMONIA¹

Jorge Almeida² (Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida)

Resumo

O artigo faz uma discussão teórica, buscando tratar da questão da Cultura Política a partir do conceito gramsciano de hegemonia e isto exige um esforço de articulação teórica entre os conceitos de cultura e ideologia com o de hegemonia. A partir de Gramsci, fazemos um primeiro tratamento da questão, no qual levantamos hipóteses teóricas para desenvolver este estudo de modo mais crítico e consistente. Nossa hipótese é de que a ideologia é o lugar superestrutural da cultura, assim como o modo de produção é seu lugar estrutural. Mas esta separação é apenas uma abstração metodológica, para melhor entender o seu complexo concreto, onde, de fato, elas estão inter-relacionadas dialeticamente. Nesta leitura, Cultura Política diz respeito tanto a uma concepção mais ampla de cultura como de política. Enfim, o sentido deste texto é o de levantar elementos teórico-metodológicos que permitam melhor compreender a possibilidade de trabalhar com os conceitos de cultura política e hegemonia.

¹ Texto publicado nos anais do IV Compolítica. Apresentado no GT Cultura Política, Comportamento e Opinião Pública sob coordenação de Luciana Veiga (UFPR).

² Professor do Departamento de Ciência Política e do PPG de Ciências – FFCH-UFBA. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

Palavras chave

Cultura Política; Ideologia; Hegemonia

Introdução

O artigo faz uma discussão teórica, buscando tratar da questão da Cultura Política a partir do conceito gramsciano de hegemonia e isto exige um esforço de articulação teórica entre os conceitos de cultura e ideologia com o de hegemonia. A partir de Gramsci, mas não necessariamente com o objetivo de expor qual a melhor maneira de expressar seu pensamento sobre o assunto. É, portanto, um primeiro tratamento da questão, no qual levantamos hipóteses teóricas para desenvolver este estudo de modo mais crítico e consistente.

No seu sentido mais amplo, cultura diz respeito ao “modo de vida” de um povo, nação ou grupo social mais restrito. Ou seja, um conjunto de símbolos e um sistema de significações, mas também de práticas, meios de produção materiais e simbólicos e produtos relacionados a um grupo social concreto. Portanto, cultura não é somente uma visão de mundo, uma ideologia. É também uma prática social em todos os sentidos. Em termos mais amplos, ideologia é uma visão de mundo, um conjunto de valores, opiniões, crenças que representam um leitura social da realidade, uma visão do real. Mesmo sendo identificada num indivíduo, as ideologias são representações sociais, menos ou mais coerentes. E traduzem, até certo ponto, o que é um grupo social e o que pode orientar suas ações e seu comportamento político. Engloba, assim, diversos elementos subjetivos, entre eles o que chamamos opinião e “opinião pública”, no sentido mais racional que este tem. Nossa hipótese, assim, é de que a ideologia é o lugar superestrutural da cultura, assim como o modo de produção é seu lugar estrutural. Mas esta separação é apenas uma abstração metodológica, para melhor entender o seu complexo concreto. Pois, de fato, elas estão inter-relacionadas dialeticamente. Nesta leitura, Cultura Política diz respeito tanto a uma concepção mais ampla de cultura como de política – qual seja a de todas as idéias e

práticas, presentes tanto no estado quanto na sociedade civil, que possam interferir a curto ou longo prazos na disputa de poder. A relação entre estrutura econômica e as superestruturas da sociedade civil e do estado é o que Gramsci chamou de Bloco Histórico ou articulação hegemônica, sendo a hegemonia uma combinação de direção moral, política, cultural e intelectual com dominação; de liderança ideológica e cultural com coerção. É uma supremacia exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e blocos de classes e frações de classe. A mídia tem, neste sentido, um papel notável neste esforço permanente e cotidiano de convencimento. Mas não é, necessariamente, aquela que centraliza e determina os comportamentos.

Enfim, o sentido deste texto é o de levantar elementos teórico-metodológicos que permitam melhor compreender a possibilidade de trabalhar com os conceitos de cultura política e hegemonia.

Cultura

Começamos, então, buscando conceituar o que entendemos por cultura. No sentido mais restrito, o conceito de cultura está relacionado ao que também é chamado de “cultura culta”. Ligada a uma educação formal, “ao cultivo do espírito”, da ciência, da filosofia ou “à evolução da mente”. Indica um estado cultural considerado mais evoluído ou desenvolvido, de “pessoas de cultura”. Também identificado, muitas vezes, com arte ou produção artística. Nestes casos, quem, historicamente, tem definido o que é “culto”, “evoluído” e “desenvolvido” tem sido algum corpo de elite de uma classe dominante. Portanto, frequentemente, este conceito de cultura tem um viés elitista.

No sentido mais amplo, cultura diz respeito ao “modo de vida” de um povo, nação ou grupo social mais restrito. É entendida como conjunto de símbolos, um sistema de significações, o acúmulo de idéias, práticas, meios de produção e produtos relacionados a um grupo social - podendo ser uma ordem social relativamente “completa”, ou um pequeno agrupamento presente no interior desta. Enfim, de qualquer agrupamento social

que possa ser identificado e delimitado de algum modo. País, classe social, etnia, cidade, bairro, categoria profissional, gênero, organização social, partido político ou tribo (tanto no sentido tradicional ou contemporâneo-urbano). E podemos ir fragmentando a sociedade em grupos e sub-grupos, procurando identificar características que possam identificá-lo como um agrupamento cultural, ou seja, com elementos de identidade suficientes para identificá-lo assim – naquilo que lhe é característico e no que o separa dos outros. Isto inclui opiniões, atitudes, representações sociais, valores, ideologias, crenças, produção ou preferências artísticas e científicas, preferências e práticas políticas, religiões, hábitos de vida e consumo, etc. Poderíamos então falar em cultura brasileira, paraense, carioca, jovem, guarani, negra, lésbica etc. E, eventualmente, ainda sub-dividir estes grupos em sub-grupos.

Porém, quando falamos em modo de vida, estamos falando não somente em elementos simbólicos como os acima citados, mas também dos materiais. Neste sentido, uma cultura não somente depende da base material em que está assentada, como esta base material é parte indissolúvel e inseparável desta cultura. Não esquecer que a palavra cultura vem de “cultivar” – a começar pela terra. Os elementos subjetivos, simbólicos, ligados à visão de mundo, ou seja, à ideologia, refletem de algum modo, a base material da sociedade, o modo como se produz nesta sociedade - no nosso caso, o modo de produção capitalista. Isto não significa que todos os elementos culturais sejam reflexos automáticos e mecanicistas da economia, nem tão pouco que todas as culturas mais limitadas³ (que alguns autores chamam de “sub-culturas”) ou práticas culturais sejam diretamente determinadas pela economia de modo economicista. Mas significa que são condicionadas pela base econômica sociedade. Num sentido bem amplo, uma cultura burguesa só pode nascer a partir do momento em que surge a burguesia como classe econômica, ou seja, a partir do alvorecer do capitalismo. Do mesmo modo, uma cultura anti-capitalista,

³ Aqui usamos o termo “mais limitadas”, não no sentido de inferioridade, mas de estar presente dentro de uma cultura mais abrangente.

socialista, dirigida pelos trabalhadores, também só passou a ter condições de surgir a partir daí. E a cultura burguesa só pode se transformar em cultura hegemônica na medida em que o capitalismo vai se fazendo hegemônico como força econômica, ou seja, como modo de produção. Mas, dialeticamente, isto também só pode se desenvolver na medida em que uma cultura burguesa foi respaldando superestruturalmente este novo modo de produção.

Mas, para uma cultura ser identificada ou classificada como tal, não basta identificar que várias pessoas têm as mesmas idéias e práticas. É preciso, mais que isto, que estas idéias e práticas sejam reconhecidas, vividas, assumidas, respeitadas pelo grupo e capazes de influir no pensamento e na ação do grupo dos indivíduos a este.

Ademais, toda novidade cultural, produção ou cultura política transformadora, precisa ser ampliada, reforçada, organizada, teorizada e consolidada. Pois sempre será disputada pela hegemonia burguesa existente. Pelo capital, pelo estado e pelas idéias predominantes. Mercantilização, através da indústria cultural, cooptação material, persuasão, sedução e coerção – senão com o uso explícito da violência, no mínimo através do fechamento de espaços para os indesejáveis. E há ainda a prática do “transformismo”, da decapitação intelectual-ideológica de indivíduos e coletivos que buscam construir práticas culturais contra-hegemônicas e alternativas, que hoje é muito grande.

Portanto, cultura não é somente uma visão de mundo, uma ideologia. É também uma prática social em todos os sentidos. Na produção material, nas ações da sociedade civil e no estado. Não somente é reflexo de um universo social, mas se confunde com ele. E, quando falamos de culturas mais limitadas, estas, como regra geral, tendem a refletir um universo social (sócio-cultural) ou uma ordem social nacional ou global, mais ampla que a do sub-grupo (mesmo que não seja determinada de modo absoluto por esta ordem). Mas refletem este universo maior com suas diferenciações e particularidades. Isto não significa, entretanto, que não possam existir sub-grupos com culturas resistentes e/ou contra-hegemônicas a esta ordem sócio-cultural mais abrangente. Nem que, dentro de qualquer grupo com cultura própria (portanto, dominante) não possam existir indivíduos ou

movimentos que se contraponham a esta. Por outro lado, toda cultura tem como uma de suas expressões a ideologia.

Ideologia e cultura

No sentido mais amplo, ideologia é uma visão de mundo. É, assim, uma concepção do mundo, um sistema de valores, opiniões, crenças que representam um leitura social da realidade, uma visão do real. Mesmo sendo identificadas num indivíduo, a ideologia é uma representação ou uma combinação de representações sociais, menos ou mais coerentes. Assim, a ideologia traduz, até certo ponto, o que é um grupo social - naquilo que são suas representações sociais da realidade - e do que pode orientar suas ações.

A ideologia dominante é a ideologia da classe economicamente dominante, já disse Marx (s.d.). Mas isto não ocorre como um reflexo automático da economia para as mentes. Ocorre porque: a produção econômica (desde a divisão social do trabalho até os meios de produção mais específicos e constantemente atualizados) tende a organizar não somente a maneira como o trabalhador produz, mas o conjunto de suas práticas sociais e culturais (um exemplo histórico, foi o papel ideológico, além do técnico, que o fordismo cumpriu (Gramsci, 2000); esta divisão, também hierarquiza funções na produção e na sociedade, naturalizando-as, especialmente a divisão entre trabalho manual e intelectual, entre patrão e empregado e entre chefe e tarefeiro; toda sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção é uma sociedade da divisão de classes, a qual é naturalizada como tendo existido desde sempre e projetada até a eternidade; por outro lado, a posição de quem é proprietário, patrão e tem poder econômico e riqueza, dá status e prestígio social que o valoriza também na disputa de idéias; a classe que detém os meios de produção material, também detém os meios de produção, de reprodução e de distribuição/circulação intelectual, científica, filosófica e simbólica em geral (aí incluídos, mas não só, os mais avançados meios de comunicação de massa).

Mas, se a ideologia dominante (hegemônica) nasce socialmente da base econômica, ela é cultivada e cultuada na superestrutura. É elaborada, construída das formas mais sofisticadas como filosofia e ciência, onde é teorizada de modo racional e coerente. Esta tarefa cabe à elite intelectual da classe dominante. Seu objetivo é não somente ilustrar a visão de mundo do povo, mas orientar, no sentido mais geral, a sua ação. Entretanto, sua presença e sua predominância social não se fazem de modo idêntico e homogêneo em toda a sociedade.

Assim, se há uma ideologia como filosofia sofisticada, consistente e coerente, não é deste modo que esta se apresenta no conjunto da sociedade. Nesta, a cultura burguesa vai aparecer em diversos graus de coerência e fragmentação, como senso comum, religião ou até mais fragmentada, ou seja, onde a ideologia/cultura dominante aparece menos coerente e mais misturada com ideologias pré-capitalistas, tanto dos dominantes quanto dos dominados. Ou seja, a ideologia da classe dominante burguesa vai se reproduzindo de forma miscigenada com ideologias tradicionais, pré-capitalistas e até mais conservadoras (mais fortes ou mais residuais), que são usadas e manipuladas pela classe dominante a depender das conveniências táticas circunstanciais. Por outro lado, contém também elementos de resistências históricas dos explorados, oprimidos, dominados e dirigidos. E tudo isto gera, no cotidiano normal e em determinados conflitos parciais ou momentos de crise, possibilidades de reprodução mais ou menos coerente do núcleo ideológico burguês. E o que dá coerência operacional a tudo isto é a política. Por outro lado, tudo isto também abre brechas para o florescimento de alternativas mais conservadoras e reacionárias, ou progressistas, contra-hegemônicas ou revolucionárias (Gramsci, 2000 e Williams, 1979).

Dáí porque, apesar de secularmente presente na humanidade, a ideologia burguesa precisa estar sendo reforçada, atualizada, reconstruída e modernizada a todo momento.

Ela cumpre, assim, a função de procurar encobrir todas as contradições sociais importantes, tornando-as naturais e socialmente aceitas. Assim cumpre a função de justificar, orientar a leitura, explicar e interpretar a realidade social, buscando o consenso

ou inclusive justificando o uso da violência quando ocorre o conflito e esta se torna necessária para a manutenção da ordem.

A ideologia dominante inspira e reproduz, portanto, um conjunto de práticas e expressões da sociedade burguesa, como o individualismo, o egoísmo, o consumismo, o autoritarismo, o mandonismo, o racismo, o machismo, a homofobia, a separação entre o trabalho manual e intelectual, o personalismo, o liberalismo, o pragmatismo, o levar vantagem pessoal em tudo, a legitimidade da propriedade privada, o uso da violência para manter a ordem, a democracia representativa em oposição à democracia direta e efetiva participação do povo no poder, a exploração econômica dos não proprietários dos meios de produção, os privilégios dos mais ricos e “preparados” e “competentes” etc. E, talvez a mais importante, a idéia de que, mesmo sendo desejável, não é possível construir uma sociedade sem explorados, oprimidos, dominados e com uma verdadeira justiça social – pois é impossível aos trabalhadores dirigirem a sociedade contra os interesses dos “poderosos”.

A ideologia dominante tende a ocultar as contradições sociais fundamentais e faz com que as idéias da classe hegemônica, relacionadas a seus interesses de classe, se universalizem e apareçam como sendo de toda a sociedade. Assim, idéias como democracia, paz, nação, pátria, sociedade, estado, sociedade e cultura, aparecem de modo abstrato, neutros, como valores universais, escondendo a concretude da divisão de classes e da divisão social em geral, e as lutas das classes populares e de todos os oprimidos presentes na sociedade, buscando impedi-las de se manifestar e/ou de terem visibilidade e aceitação social ampla.

A ideologia dominante é um meio de reprodução de ilusões necessárias para construir, consolidar e reproduzir a coesão social e a estabilidade das instituições do mercado, da sociedade civil e do estado.

É, portanto, instrumento espiritual indispensável para a reprodução da ordem material existente. Ou seja, ao mesmo tempo em que nasce e se inspira na ordem material, é um instrumento fundamental para a manutenção desta mesma ordem material⁴.

Desta maneira, pelo menos no mundo contemporâneo, dificilmente podemos encontrar uma cultura “pura”. Todas as combinações, intencionalmente buscadas, espontaneamente aceitas ou impostas pela força da violência, realizaram mestiçagens, historicamente. E se combinam, complexificando tanto a análise como o enfrentamento político da questão.

Nossa hipótese é a de que a ideologia é o lugar superestrutural (presente na sociedade civil e no estado) da cultura, assim como o modo de produção é seu lugar estrutural. E que, numa situação normal, há uma razoável coerência entre eles, ou seja, entre os espaços estrutural e superestrutural e a cultura. Ou seja, entre a base econômica, a sociedade civil, o estado, a visão de mundo e o modo de vida de um povo, nação ou grupo social mais restrito.

Mas, como a própria ideologia é condicionada e inspirada pela base econômica da sociedade, a separação entre lugar estrutural, lugar superestrutural e cultura tem o sentido apenas uma abstração metodológica, para melhor entender o seu complexo concreto. Pois, de fato, apesar da autonomia relativa entre estas esferas, elas estão inter-relacionadas dialeticamente.

Por isso mesmo, o conceito de “modo de produção” pode ser entendido tanto num sentido econômico restrito (forças produtivas mais relações de produção) como amplo, ou seja, incorporando não somente a produção econômica, mas, também, o complexo superestrutural que o cerca e o viabiliza politicamente, pelo consenso e/ou pela força⁵. Pois não há modo de produção econômico que se consolide e perdure sem que haja aceitação de

⁴ Usamos aqui, livremente, a leitura crítica que fazemos das contribuições de Gramsci (2000), Hall (2003), Eagleton (1997), Tompson (2001), Borón (2003), Chauí (1986), Marx (s.d. e 1989), Korsch (1975), Mariátegui (2004), Konder (1992), Portelli (1977) e Lowy (1994) .

⁵ E neste aspecto, Althusser (1969) tem uma contribuição interessante.

pelo menos uma parte importante da sociedade e a imposição, pela força, àqueles que não aceitam voluntariamente. E não é possível pensar a reprodução ampliada do capital sem um estado que cumpra sistematicamente este papel (Salles, 1999, Poulantzas, 1977, Miliband, 1982). Sendo assim, um modo de produção não produz apenas economicamente, mas também produz aparelhos coercitivos e simbólicos indispensáveis para a sua vigência. Radicalizando nesta perspectiva, chegaríamos à conclusão de que “modo de produção” e “cultura” são praticamente a mesma coisa. E esta não é uma maneira errada de entender a questão. Mas, numa investigação, se queremos compreender a concretude de uma determinada cultura política, não podemos ficar na sua representação ampla. É preciso ir nas suas manifestações empíricas particulares, o que exige a separação metodológica dos seus componentes.

Sendo assim, ao investigar uma realidade cultural concreta, o nosso esforço deve ser o de pesquisar o particular com um olhar totalizante e não fragmentado, pois a fragmentação impede uma boa compreensão da realidade, ou seja, maior aproximação da verdade. Portanto, devemos analisar uma realidade cultural de modo concreto, ou seja, compreendendo suas multi-determinações e, entre elas, aquelas principais. E, além dos elementos do núcleo ideológico dominante, identificar a permanência de resíduos de ideologias tradicionais mais conservadoras; a resistência de culturas tradicionais com potencial contra-hegemônico; a emergência de novas culturas revolucionárias. Isto porque a cultura da sociedade burguesa não é só burguesa. E as ideologias presentes na sociedade burguesa não são somente burguesas. Pois o povo está vivo. Pode aceitar tudo, aceitar em parte ou reagir.

A relação entre estrutura econômica e as superestruturas da sociedade civil e do estado é o que Gramsci chamou de Bloco Histórico ou articulação hegemônica. Enfim, Bloco Histórico é um Bloco de Poder.

Cultura, Ideologia, Hegemonia e Bloco Histórico

A hegemonia é uma combinação de direção moral, política, cultural e intelectual com dominação. Combinação de liderança ideológica e cultural com coerção. É uma supremacia exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e blocos de classes e frações de classe. Esta pode se dar de forma ativa, como vontade coletiva, ou se manifestar de forma passiva, por meio de um apoio disperso ao grupo dirigente/dominante. Como diz Gramsci, a hegemonia se constrói a partir da sociedade civil e de suas diversas instituições, mas tem no Estado um instrumento indispensável para a sua realização, consolidação e reprodução. Além disso, a hegemonia sempre terá certo grau de instabilidade, pois pressupõe a existência de forças contrárias, que de algum modo resistem a esta hegemonia, apresentando ou podendo propor projetos alternativos parciais ou globais. Indissolúvelmente ligado ao conceito de hegemonia está o conceito de Bloco Histórico (Portelli, 1987). Ou seja, uma articulação hegemônica, ligada à estrutura e à superestrutura da sociedade, que se baseia na cultura, mas que precisa se renovar a cada conjuntura. Que se constrói a partir de uma aliança de classes e frações de classe, mas que só se efetiva a partir da conquista do poder de Estado, momento em que se concretiza a hegemonia como combinação de direção e dominação.

Como entende Marx, o aparelho de Estado (Sociedade Política) é uma organização de classe, que garante e expressa os interesses da classe economicamente dominante e tem a função especial de coerção de classe. No Manifesto Comunista (Marx, 1998) está presente uma forma de dominação mais direta, na qual, no capitalismo, o estado é definido como um comitê para gerir negócios comuns da burguesia, onde a própria classe dominante na economia exerce a sua dominação. Já na obra "O 18 Brumário de Luis Bonaparte" (Marx, 1971), surge a idéia de autonomia relativa do estado: em certas circunstâncias de crise social e política, a burguesia pode abrir mão da direção direta do estado, mas o estado continua agindo a seu serviço.

Para garantir seus interesses gerais e receber apoio ativo ou passivo de grupos subalternos, ou seja, para ser hegemônica, a classe economicamente dominante pode e deve fazer

concessões econômicas, porém não nos seus elementos essenciais: não pode abrir mão da propriedade privada do “núcleo decisivo da atividade econômica”.

A hegemonia se faz, assim, como combinação de coerção e consenso. E o consenso se constrói através de concessões econômicas secundárias e do convencimento político e ideológico. A mídia tem, neste sentido, um papel notável neste esforço permanente e cotidiano de convencimento. E não somente em relação a questões particulares e conjunturais, mas especialmente de construir esta representação ideológica do estado, não como sendo um organismo classista, mas como expressão de todas as energias nacionais. Por outro lado, além da base econômica e da superestrutura estatal, Gramsci identifica um outro “grande plano superestrutural”, que é a Sociedade Civil. E os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para cumprir funções subalternas da hegemonia na sociedade civil, no estado e na produção econômica.

Dito isto, Bloco Histórico é a “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. Unidade entre economia, política e ideologia. Enfim, é o Bloco Histórico que sustenta a unidade cultural. Portanto, a separação, aqui apresentada, entre estado, base econômica, e sociedade civil é apenas metodológica, pois sempre há uma relação dialética entre estas esferas. Uma relação que apresenta contradições diversas, mas que garante uma unidade orgânica, uma totalidade. E sua separação real só podendo ser pensada em momentos de crise de hegemonia, quando, a partir do acirramento da luta de classes, projetos de classes antagônicas predominam em esferas diferentes (sociedade civil x estado; estado x base econômica), provocando um confronto que pode levar a uma revolução ou contra-revolução. A revolução significando a vitória da contra-hegemonia e a construção de um novo Bloco Histórico.

Bloco Histórico é, portanto, um bloco social e político controlador da estrutura econômica, dominante no estado e dirigente político-cultural na sociedade civil. Por outro lado, a estrutura e a sociedade civil também estarão se submetendo, de algum modo, em maior ou menor grau, às instituições e leis do Estado. Neste sentido, entendido como superestrutura jurídica e passando a ter (além da coerção) diversas funções sociais e culturais da

sociedade civil (como educação, saúde, produção artística, previdência etc), o Estado “ampliado” regula e abarca a sociedade civil, tendo não somente uma função coercitiva, mas também um papel ideológico/cultural fundamental. Nisto tudo, os intelectuais das classes dominantes cumprem um papel essencial. Para garantir a racionalidade, as condições técnicas e dar sentido unitário a esta relação tencionada/contraditória ou antagônica entre forças e interesses presentes na base econômica, no Estado e na sociedade civil. São, assim, agentes indispensáveis para fazer de todo este complexo concreto e contraditório uma “cultura”.

Finalmente, é sempre bom lembrar que Gramsci acrescenta ainda que “entre o consenso e a força” apresenta-se também a corrupção e a fraude. Isto, quando a hegemonia não consegue ser exercida plenamente através do equilíbrio entre consenso e força e o uso excessivo da força possa trazer perigo para o grupo dirigente-dominante.

Ele entende que existem três organizações culturais “propriamente ditas”: a igreja, a escola e a imprensa. Imprensa tem aqui um sentido amplo, envolvendo editoras e meios áudios-visuais e até mesmo a arquitetura e os nomes de ruas. Portanto, abrangendo amplamente a questão da ideologia, incluindo livros e revistas científicas, políticas e literárias tanto para a elite como para a vulgarização popular. Já os meios áudios-visuais, como rádio, teatro e cinema, têm uma característica especial, pois permitem uma difusão ideológica com mais rapidez, maior raio de ação e efeito emotivo do que imprensa escrita. Porém, com menor poder de aprofundamento das questões (Almeida, 2009).

A chamada “opinião pública” ou as representações sociais da política (Almeida, 2005, Minayo, 2002 e Moscovici, 2003) assim, são construídas num processo de ações contraditórias entre estado e sociedade civil. Contraditórias, mas não necessariamente antagônicas. Pois, numa situação normal, em que as forças que predominam nas diversas esferas do estado não são sujeitos de um projeto e práxis contra-hegemônica, conflitos agudos sobre políticas mais imediatas e interesses de grupos particulares, costumam não fugir do mesmo campo cultural mais amplo que sustenta a ordem social (econômica-sócio-político-cultural). Para isto, os meios de comunicação são indispensáveis.

Assim sendo, podemos dizer, abstratamente, que, numa situação “normal”, hegemonia, bloco histórico, modo de produção, ideologia dominante e cultura predominante numa ordem social se confundem – e suas contradições internas podem criar algum grau de instabilidade política, mas não são capazes de desestabilizar a ordem sócio-cultural. Dito de outra maneira, a cultura hegemônica é a cultura da classe dominante articulada no bloco histórico de uma determinada formação social. Porém, como já vimos, nem todas as situações são “normais”, o que pode provocar a transformação de contradições normais dentro da ordem em conflitos e confrontos mais radicais entre suas esferas e “dentro” de cada uma delas.

Como já vimos, usando o método da abstração, podemos separar as partes para melhor entendimento. Mas este é um artifício apenas metodológico. Na vida, o bloco histórico, o estado, a cultura etc, não se apresentam de modo abstrato, mas concreto, com uma complexidade composta de vários condicionamentos e determinações. No seu conjunto concreto, tendem a refletir os interesses da classe economicamente dominante.

Mas isto se manifesta de formas diferenciadas, dependentes de realidades históricas e geográficas e de correlações de força específicas. Portanto, o estudo de uma realidade e a escolha – pelos sujeitos sócio-político-culturais nelas presentes - de estratégias e táticas de intervenção numa “cultura política” específica, exigem a compreensão coerente de suas especificidades. Porém, sem perder a dimensão e inter-relação com a totalidade da formação social onde está inserida.

Estudar e compreender “uma cultura política” é, assim, compreender uma dimensão particular da cultura e da política. Agir politicamente significa, assim, agir sobre uma cultura política. Para mantê-la ou promoção de mudanças.

Cultura Política e Hegemonia

Provavelmente, a maioria dos estudos sobre comportamento político na produção acadêmica nacional e internacional, atualmente desconsideram ou não dão maior

importância aos fatores culturais. Exemplo típico desta perspectiva está em Przeworski, Cheibub e Limongi (2003) que sustentam que fatores econômicos e institucionais são suficientes para explicar convincentemente estes processos, sem a necessidade de se recorrer à cultura.

Os autores das perspectivas institucionalista, neo-institucionalista, da teoria da escolha racional e economicistas comungam, em geral, desta concepção (Almeida, 2007)⁶.

Por outro lado, mesmo dentre os autores que trabalham a partir da perspectiva teórico-metodológica da ‘cultura política’, desde o texto inaugural de Almond e Verba, privilegiam também os estudos que a entendem a partir de uma perspectiva política liberal e realizam estudos dentro e restritos aos limites da democracia liberal representativa ou sobre regimes considerados autoritários tendo como referência comparativa os critérios de democracia presentes no liberalismo político contemporâneo.

Portanto, mais comumente, especialmente na Ciência Política, o conceito de Cultura Política usado é restrito e muito ligado às instituições do estado. Estuda e discute opiniões políticas, comportamento político-eleitoral, atitudes políticas, de modo geral relacionando-as diretamente às instituições estatais existentes. Estuda como os indivíduos reagem diante das instituições existentes. Avalia o grau de legitimidade e aceitação das instituições como governo, partidos, legislativo, judiciário, democracia representativa. Avalia a aceitação ou simpatia com regimes autoritários, tolerância política, crenças políticas, coerência política, intenções de voto, abstenção eleitoral e interesse pela participação política etc. Em geral, tudo isto sendo estudado em relação ao estado, pois a política é vista também em sentido restrito, ou seja, naquilo que diretamente se relaciona com o estado (com o estudo dos processos de manutenção ou acesso ao poder de estado). Portanto, a maioria dos estudos

⁶ Sobre esta polêmica, ver também Alexander (1987), Castro (2002), Ferejohn e Pasquino (2001), Levine, Sober e Wright (1989), Figueiredo (1991 e 1992), Gouveia (1997), Hall e Taylor (1993), Porto (1997), Przeworski (1988), Reis e Castro (2001), Baqueiro (2003 e 2007), Amorim (2010).

neste campo está voltada a discutir o comportamento institucional dos cidadãos ou grupos sociais.

Um outro sentido de Cultura Política, indispensável para discussão que fazemos neste texto, diz respeito tanto a uma concepção mais ampla de cultura (como já vimos) como de política – qual seja a de todas as idéias e as ações, presentes tanto no estado quanto na sociedade civil, que possam interferir a curto ou longo prazos na disputa de poder. A questão do estado estando presente tanto de maneira mais direta como mediada. Isto envolve, por exemplo, as relações políticas presentes em diversos tipos de organizações e movimentos da sociedade civil que não tem relação formal direta com as instituições estatais (além daquelas mínimas exigidas por lei para seu funcionamento). No caso, envolve, além das descritas acima no critério mais restrito, idéias, atitudes, crenças, opiniões e práticas que interferem e dão lógica, racionalidade e legitimidade nas relações entre os membros de um determinado grupo social; a sociabilidade política construída no interior deste grupo; o grau de compromisso dos membros ativos, dirigentes ou simpatizantes do mesmo com seu cotidiano e seu destino; os processos de constituição de sua identidade interna e para fora e que dão sentido de permanência ao grupo (e no grupo); os processos de tomada de decisão dentro destes grupos (democráticos ou não); as formas de recrutamento para os mesmos; suas formas de sustentação material; sua posição (de aliança, indiferença ou oposição) em relação a outros grupos; sua relação com o estado, classes sociais e poder econômico; suas formas de organização etc. Aqui, tanto podem ser considerados elementos mais objetivos ou mais subjetivos, materiais ou simbólicos, de práticas mais racionais ou afetivas.

Considerações Incompletas

As pesquisas que investigam elementos das representações sociais ideológicas da política, mesmo quando valorizam as práticas culturais e partem da perspectiva da cultura política, tendem a se concentrar nos estudos de variações em torno das concepções e práticas hegemônicas, e principalmente do comportamento dos indivíduos em relação às

instituições da democracia liberal representativa. Ou do autoritarismo, entendido como ausência de elementos constitutivos deste tipo de democracia. Geralmente, portanto, se investiga aqueles elementos considerados normais neste tipo de regime.

É preciso investigar não só o que é normal (hegemônico), mas também o que pode não ser normal. Que não aparece espontaneamente nem estimuladamente, simplesmente porque não é perguntado. O que não é aceito, mesmo que momentaneamente. O residual, latente, embrionário ou emergente.

Um bom estudo de cultura política para ser mais consistente, não deve ficar fragmentado, ou seja, limitado à descrição e à análise dos dados, sempre limitados, de uma determinada pesquisa empírica, quantitativa ou qualitativa. Precisa ser analisado em conjunto com uma concepção sobre os elementos fundamentais da estrutura e superestrutura da sociedade.

Destacamos, assim, a importância de se investigar tanto o hegemônico quanto as resistências e potencialidades contra-hegemônicas. Investigar as possibilidades de uma nova cultura política alternativa é buscar na vida material e na ideologia das massas populares aqueles elementos de insatisfação, de crítica, de protesto, de rebeldia, de resistência, de contestação, de utopia. Aquilo que, mesmo sendo localizado pode crescer. Aquilo que é latente ou emergente, mas pode avançar. Do grau mais simples e de racionalidade superficial ao mais elaborado e consistente. Pois mesmo a utopia nasce e só tem força espiritual e social se existe e persiste como crítica da realidade existente e esta é sua base e são suas raízes reais. Então, estes elementos podem, de algum modo, estar presentes e ser identificados numa cultura política.

Bibliografia

ALEXANDER, Jeffrey C. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 4 Vol. 2, junho/1987.

ALMEIDA, Jorge. **Discutindo a relação entre a mídia e a Sociedade Civil em Gramsci**. Anais do III Compolítica, PUC-SP, São Paulo, dezembro de 2009.

- ALMEIDA, Jorge. **Discutindo o voto por valores e a racionalidade pragmática no comportamento político dos brasileiros em 2006**. Anais do XXXI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, out. de 2007.
- ALMEIDA, Jorge. **Representações Sociais da Política e Cenário de Representação Midiático da Política**. Anais do XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, out. de 2005.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa, Editorial Presença, 1969.
- AMORIM, M. *Cultura Política e Decisão Eleitoral no Oeste do Paraná*. Cascavel, Edunioeste, 2010.
- BAQUERO, M. Capital social y cultura política en Brasil. Posibilidades y límites. Salamanca, **América Latina Hoy**, 2003. Disponível em: Redalyc <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=30803308> Acesso em 17 de dezembro de 2010.
- BAQUERO, M. Subsídios para a compreensão da cultura político-eleitoral da democracia brasileira. Florianópolis, **Política & Sociedade**, nº 10, abril de 2007. Disponível em www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1683/1427 Acesso em 05 de fevereiro de 2011
- BORÓN, A. **Filosofia política marxista**. São Paulo, Cortez Editora/Clacso, 2003.
- CASTRO, Mônica Mata Machado. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 20 Vol. 7 outubro/2002.
- CHAUÍ, M. **O que é Ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo, Boitempo Editorial/Editora UNESP, 1997.
- FEREJOHN, John e PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 45 Vol. 16, fevereiro/2001.
- FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do Voto: democracia e racionalidade**. São Paulo, Editora Sumaré / IDESP, 1991.

- FIGUEIREDO, Marcus. Teorias axiomáticas e empiria. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 20 Vol. 7, outubro/1992.
- GOUVEIA, Raimundo et alli. O papel da crenças políticas no comportamento dos eleitores de João Pessoa em 1992 e 1994. In: **Estudos sobre comportamento político**, LHULLIER, Louise A., CAMINO, Leôncio e SANDOVAL, Salvador (org.). Florianópolis, Editora Letras Contemporâneas, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2000 (6 volumes).
- HALL, Peter A., TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, Nº 58, São Paulo, 2003.
- HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte, Editora UFMG/Unesco, 2003.
- KONDER, L. **O Futuro da Filosofia da Práxis**. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- KORSCH, K. *Que es la socializacion?* México, Editorial Ariel, 1975.
- LEVINE, Andrew, SOBER, Elliot e WRIGHT, Erik O. Marxismo e individualismo metodológico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 11 Vol. 4, outubro/1989.
- LOWWY, M. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. São Paulo, Cortez Editora, 1994.
- MARIÁTEGUI, J. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo, Editora Alfa Ômega, 2004.
- MARX, K e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Portugal/Brasil. Editorial Presença/Martins Fontes, s.d.
- MARX, K. *Miséria da Filosofia*. S. Paulo, Global, 1989..
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. In: ALMEIDA, Jorge e CANCELLI, Vitoria, (orgs.), **150 anos de Manifesto Comunista**. São Paulo, Xamã, 1998.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. Coimbra, Gráfica Coimbra, 1971.
- MILIBAND, Ralph. *O estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, Vozes, 2003.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- PORTO, Mauro. Dilemas da Racionalidade. O caso dos efeitos da mídia no comportamento político. In: **Estudos sobre comportamento político**, LHULLIER, Louise A., CAMINO, Leôncio e SANDOVAL, Salvador (org.). Florianópolis, Editora Letras Contemporâneas, 1997.
- POULANTZAS, Nicos. *As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado*. In: POULANTZAS, Nicos (org.), *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- PRZEWORSKI, A.; CHEIBUB, J. A. & LIMONGI, F. Democracia e cultura: uma visão não-culturalista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 1-18, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a03n58.pdf>. Acesso em: 11.fev.2011.
- PRZEWORSKI, Adam. Marxismo e escolha nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 6, Vol. 3, fevereiro/1988.
- REIS, Fábio Wanderley e CASTRO, Mônica Mata Machado. Democracia, civismo e cinismo. Um estudo empírico sobre normas e racionalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 45 Vol. 16, fevereiro/2001.
- SALLES, S. **Dictadura y lucha por La democracia em Brasil. El inicio de La distencion política**. Mexico, Chavez, 1999.
- THOMPSON. E. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, Editora Unicamp, 2001.
- VÁSQUEZ, A. **Ciência e Revolução (O marxismo de Althusser)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- VÁSQUEZ, A. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.